

Senadores prorrogam Perse; custo é de R\$15 bi

Senado prorroga benefício a empresas de eventos ao custo de R\$ 15 bi até 2026

Relatora recua da decisão de corrigir pela inflação limite de renúncia fiscal; texto vai para sanção

Victoria Azevedo e Adriana Fernandes

BRASILIA O plenário do Senado aprovou na noite desta terça-feira (30) o projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal até dezembro de 2026, sem que ele seja corrigido pela inflação.

A matéria foi aprovada de forma simbólica, quando não há contabilização dos votos. Agora, o texto segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No começo da tarde desta terça-feira (30), a relatora da proposta, senadora Daniella Ribeiro (PSD-FB), apresentou parecer incluindo dispo-

sitivo que aumentaria o valor do limite da renúncia fiscal que havia sido negociado com o Ministério da Fazenda e a Câmara dos Deputados.

O teto de R\$ 15 bilhões foi uma saída negociada pela Fazenda para mitigar o impacto da renúncia com o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), criado de forma emergencial na pandemia da Covid-19 e que abriu brechas para fraudes envolvendo dinheiro, como revelou a Folha.

A correção do valor pela inflação tinha sido retirada do texto, na semana passada, na reta final da votação da Câmara após negociação com a equipe econômica.

O ministro Fernando Had-

“A vida democrática é isso, a Fazenda e outros setores do governo sentaram com o setor empresarial responsável e, como tudo na democracia, foi no meio do caminho, um acordo possível”

Jaques Wagner (PT-BA) líder do governo no Senado

dad (Fazenda) queria extinguir o Perse sob o argumento de que o setor de eventos já se recuperou da pandemia e de que o programa é alvo de muitas fraudes desde sua criação. Apesar disso, o chefe da equipe econômica teve de recuar diante da pressão de empresários e do Congresso.

Se o projeto fosse aprovado pelos parlamentares com as modificações propostas pela relatora do Senado, ele teria de passar por nova análise pelos deputados.

Além disso, seria mais um desgasto para o ministro da Fazenda, que tem visto o Congresso desidrar, nas últimas semanas, muitas propostas pela pasta para elevar a arrecadação do governo.

Na tarde desta terça, Daniella recuou da decisão e rejeitou todas as emendas que foram feitas ao texto. Ela disse que só fez duas alterações de redação da matéria, mantendo a proposta como foi aprovada pelos deputados.

Apesar disso, a relatora afirmou à imprensa que houve um apelo do governo para não alterar o texto, com um compromisso de que ele não fosse vetado, além de preocupação dos próprios setores beneficiados, isso porque os empresários queriam que a matéria fosse sancionada antes da virada do mês, impedindo o retorno da tributação. A sanção ainda não havia sido publicada até a conclusão desta edição.

Com a aprovação do projeto, Daniella, apoiadora de primeira hora do setor de eventos, afirmou que, entre aprovar um texto “perfeito” e não prejudicar as empresas, ela optou pela segunda opção, sem as mudanças que ela havia proposto inicialmente em seu relatório.

“O gasto com o Perse é investimento”, disse ela, numa referência aos empregos e investimentos que o programa gera para o segmento. Daniella afirmou ainda que entende que outros setores usassem esse argumento para pedir mais incentivos, como os concedidos ao Perse.

Criado na pandemia para socorrer o setor de eventos, o programa garante alíquota zero dos tributos federais (IRPJ, CSLL e PIS/Cofins).

No plenário, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), voltou a dizer que o Perse foi criado para ser temporário e que o Executivo defendia que ele deveria acabar.

“Mas a vida democrática é isso, a Fazenda e outros setores do governo sentaram com o setor empresarial responsável e, como tudo na democracia, foi no meio do caminho, um acordo possível”, disse.

Mais cedo, Wagner chegou a afirmar que o Perse é mais “gritante” que a desoneração da folha de pagamentos das empresas e dos municípios — outros dois embates que o governo Lula trava no Congresso.

Nesta terça, parlamentares da oposição disseram que votariam favoráveis à matéria para atender apelo do setor, mas criticaram a redução dos Cnaes (Classificação Nacional das Atividades Econômicas), se comparado com o que foi aprovado pelo Legislativo no ano passado.

De acordo com a matéria aprovada pela Câmara e encaminhada pelo Senado, serão beneficiadas 30 atividades da lista de Cnaes, uma redução do que foi aprovado pelo Congresso no ano passado (44 Cnaes) e aumento do que o Executivo havia proposto em março (24 deles).

O projeto estabelece ainda que empresas que adotam regime de lucro real (com faturamento superior a R\$ 78 milhões por ano) não terão mais a desoneração do IRPJ e da CSLL a partir de 2025. Esse grupo das maiores empresas do país continuará, no entanto, se beneficiando da alíquota zero do PIS e Cofins.



Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) cumprimenta o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em sessão nesta terça-feira (30) Lula Marques/Agência Brasil

Haddad diz que fisco busca solução para empresas reoneradas

Douglas Gavras

SÃO PAULO O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta terça-feira (30) que a Receita Federal está debruçada em busca de uma solução para empresas de 17 setores atingidas por uma decisão preliminar (provisória) do STF (Supremo Tribunal Federal) que renege a folha de pagamento.

“As empresas devem fazer o recolhimento dos encargos até o dia 20 de maio, já considerando a suspensão da desoneração que fora prorrogada pelo Congresso até o fim de 2027. Questionado sobre como as empresas devem proceder neste momento, Haddad disse que a Receita trabalha no tema.

“Teremos novidades sobre isso ainda nos próximos dias, mas a Receita está debruçada sobre isso e deve emitir uma nota”, afirmou, sem detalhar as ações.

Haddad comentou ainda as rusgas com o Congresso. Ele disse que iria aprender com o episódio da desoneração e agradecer aos presidentes das duas Casas pela aprovação do Perse (programa de benefício ao setor de eventos).

Após o fim do ministro do STF Cristiano Zanin, Haddad disse que as discussões são algo natural e que o governo irá aprender com o episódio.

Questionado por jornalistas em São Paulo, a respeito das críticas que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem feito sobre a judicialização gerada pela decisão, Haddad adotou um tom conciliador.

“É natural, vamos aprender com o episódio, o governo não tem dificuldade de relacionamento com as duas Casas, muito pelo contrário, estamos construindo essa agenda. Mas há casos vinculantes, o parecer da AGU [Advocacia-Geral da União] e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sugerindo a inconstitucionalidade do ato vinculo do Executivo. Não tem a liberdade que se imagina e esses pareceres são do governo anterior.”

Segundo o ministro, desde o ano passado, as suas declarações vão na mesma direção.

“Buscamos exaustivamente de outubro para cá uma solução, com muita humilde vamos repassar o que aconteceu com as duas Casas. Não há nenhum problema em revistarmos esses temas, nem fui surpreendido, pois esse tema circula o tempo todo.”

A desoneração da folha foi criada em 2021, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de ali-

“Teremos novidades sobre isso [reogeração da folha para 17 setores da economia] ainda nos próximos dias, mas a Receita está debruçada sobre isso e deve emitir uma nota”

Vamos aprender com o episódio [judicialização da folha de pagamentos], o governo não tem dificuldade de relacionamento com as duas Casas [Câmara e Senado]

Fernando Haddad ministro da Fazenda

quotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 22% sobre a folha de salários para a Previdência.

No ano passado, o benefício havia sido prorrogado até o fim de 2027 e estendido às prefeituras. Mas o texto aprovado pelo Congresso foi vetado na totalidade por Lula. Em dezembro do mesmo ano, o Legislativo derrubou o veto.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles estão o comércio, o que inclui o Grupo Folha, que edita a Folha. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

“Estamos em uma etapa incômoda, que deve demorar pouco tempo. Penso que a manifestação de alguns setores em relação ao que é possível fazer já teve início. Estamos desajustado desde outubro fazer um balanço do que é possível e depois voltar de compensar a partir da decisão, estamos tomando cuidado para calibrar isso”, disse Haddad.

Também na noite desta terça-feira, o plenário do Senado aprovou projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal até dezembro de 2026, sem que seja corrigido pela inflação.

“No mínimo custava em torno de R\$ 13 bilhões, mas a receita suspeita que pode ser o dobro disso. Estávamos com um programa entre R\$ 13 bilhões e R\$ 24 bilhões de renúncia e agora estamos com um programa de R\$ 5 bilhões por ano”, disse.

“Ao contrário do que se manchetes sugerem, Câmara e Senado aprovaram o texto, o que aconteceu foi exatamente o contrário. A Câmara e o Senado e eu agradeço aos presidentes Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, disciplinaram e moralizaram um programa que estava dando muito problema.”

Judicialização gera desconfiância, afirma Pacheco

Victoria Azevedo

BRASILIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), negou que tenha retaliado o governo por ter adiado um projeto que libera gastos extras de R\$ 17,7 bilhões para a gestão Lula (PT).

Segundo o senador, o adiamento da votação, que estava prevista para esta terça-feira (30), não tem relação com o fato de

o governo ter acionado o STF (Supremo Tribunal Federal) contra a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores e dos municípios.

A CCF (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado iria votar pela manutenção do projeto que altera a lei do novo arcabouço fiscal e permite ao governo federal antecipar a expansão do limite de gastos de 2024 — e, na prática, liberar uma despesa extra calculada em R\$ 12,7 bilhões.

Nesta terça, no entanto, o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) concedeu prazo de vistas (mais tempo para análise) de uma semana, contrariando parlamentares governistas, num revés para o Executivo. O governo considera o projeto prioritário para resolver impasse com congressistas em torno dos R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares que foram vetadas por Lula.

“Não há nenhum tipo de crise que envolva qualquer tipo de resposta por meio de proposições legislativas. Não podemos usar uma proposição legislativa para poder estabelecer um diálogo de retorno ao outro Poder. Isso não é o nosso caso e nós não vamos fazer”, afirmou Pacheco na tarde desta terça.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Pagina: 1